

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E REVISTA FONTES: MEMÓRIAS DA
CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NO CAMPO DA PESQUISA EM
UNIVERSIDADES PÚBLICAS TOCANTINENSES

Napoleão Araújo de Aquino*

O presente trabalho aborda aspectos das memórias da construção de uma identidade acadêmica em universidades públicas tocantinenses, tendo como foco de análise o Centro de Pesquisa Histórico-Cultural do Tocantins/CPHCT e, com maior ênfase, a Revista Fontes, surgida no âmbito daquele centro de documentação. Como estratégia, apresenta-se, inicialmente, uma visão geral sobre centros de documentação, com base em citações de estudiosos do assunto, passando-se a um breve histórico da instituição documental.

Em seguida passa-se ao conteúdo da revista, através de breves comentários, texto a texto, entre cujos autores - todos aqui citados - encontram-se: Esther Caldas Bertoletti (Arquivologia), Sílvia Hunold Lara (Entrevista), Antônio César C. Pinheiro (transcrição de documentos), além de artigos de historiadores, antropólogos e cientistas políticos, à época todos vinculados à universidade do Tocantins – UNITINS sendo que a maioria absoluta atualmente encontra-se vinculada à Universidade Federal do Tocantins – UFT, assim como a outras universidades federais: Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB. Cabe esclarecer que, enquanto objeto central deste trabalho, ao lado do Centro de Documentação, os textos da revista Fontes constituem referências privilegiadas no presente artigo.

* Professor do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional, Coordenador do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades – NEUCIDADES/UFT e Mestre em História pela UFG.

Algumas palavras sobre Centros de Documentação

Inicialmente serão apresentadas algumas palavras, objetivando situar o leitor numa visão contextualizada sobre as instituições e/ou entidades de guarda, preservação e de pesquisas documentais, a partir de algumas citações de autores com reconhecida atuação nesta área. Começemos com o ponto de vista de Célia Camargo, que escreve:

Seguramente, a grande transformação que vem atingindo e desafiando os profissionais que atuam na preservação e organização do patrimônio documental em nossos dias é a exigência da informação exata (...), manifesta pela maior parte dos segmentos sociais, instituições científicas, órgãos governamentais, empresas e quantos usuários se puderem identificar nesse momento. Existe tecnologia e os equipamentos estão disponíveis. Não há como fugir aos trabalhos que viabilizem o atendimento dessas necessidades, que forcem todos os caminhos na sua direção. (CAMARGO, 1999: 53-4).

As palavras da historiadora aqui citadas traduzem bem a crescente necessidade e a importância dos centros de documentação nas Universidades, especialmente nos Cursos de História, assim como no conjunto das Ciências Humanas e Sociais, e, até mesmo, nas demais áreas do conhecimento.

Ainda buscando ampliar a compreensão da temática, até mesmo do ponto de vista de suas diversificadas funções e abrangência, não seria possível tratar do assunto sem citar Heloísa Liberalli Bellotto, ao afirmar:

Os centros de documentação apresentam-se como entidades mistas, uma vez que podem contar, por definição, com material diverso em torno de uma especialidade, material que pode ser original (fundos privados), impressos ou, mais freqüentemente, reproduções micrográficas, formando coleções especializadas. No tocante aos bancos de dados, segundo seu ponto de vista, (...) “são modalidades informáticas dos centros de documentação, apenas referenciando [sic]”. Bellotto acrescenta que “As diferenças e semelhanças dessas entidades armazenadoras e processadoras de informação contida nos seus respectivos acervos documentais é campo bastante vasto”. Campo este que, segundo afirma, interessa resumir somente para que se componham quadros definitórios para a melhor compreensão da inserção dos arquivos no contexto do patrimônio cultural e das políticas que visam preservá-lo. (BELLOTTO, 1994: 14).

Breve Histórico do Centro de Pesquisa Histórico-Cultural do Tocantins – CPHCT

O Centro de Pesquisa Histórico-Cultural do Estado do Tocantins foi implantado pela Secretaria de Estado da Cultura em parceria com a Fundação Universidade do Tocantins – Unitins, no dia 05 de julho [2001], com assinatura do decreto de criação e descerramento da placa inaugural pelo Ministro da Cultura... Durante a solenidade, o Ministro [Francisco] Weffort entregou ao Governador o material resultante do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, do Ministério da Cultura... (...) ¹.

Cabe ressaltar que, embora tenha sido criado efetivamente na data supra mencionada, aquele Centro de Documentação tivera suas origens no ano de 1997, quando o Tocantins foi incluído no Sub-Projeto “Documentos Avulsos da Capitania de Goiás”, integrante do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”, do Ministério da Cultura. Esta inclusão deu-se a pedido da então coordenadora do Projeto Brasil 500 Anos da Universidade do Tocantins, Juciene Ricarte Apolinário. Desta forma, a referida historiadora, viajou para Portugal, cabendo a mim o privilégio de substituí-la na Coordenação do referido Projeto, até seu retorno de Portugal, quando tivemos oportunidade de organizar importantes eventos, a exemplo de um que fora realizado no âmbito do II Congresso Científico da Universidade do Tocantins - UNITINS (25 a 29 de outubro de 1999), sessão intitulada “Brasil 500 Anos” ², assim como o Seminário “Tocantins nos 500 Anos do Brasil: refletindo a sua história” ³, evento em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de Palmas, no período entre 3 e 4 de novembro de 1999.

E, finalmente, como eventos que impulsionaram mais diretamente as iniciativas que concretizaram o Centro de Documentação e a Revista Fontes, tiveram uma série de Seminários “Fontes Históricas: patrimônio da Sociedade”, eventos bienais, sendo

¹ Almanaque Cultural do Tocantins. Ano 03 Nº. 20, jul. 2001, p. 3.

² Anais do 2º Congresso Científico da Universidade do Tocantins, 6ª Jornada de Iniciação Científica, Brasil 500 Anos. Palmas: UNITINS, 1999, p. 298-312.

³ Folder: Seminário TOCANTINS NOS 500 ANOS DO BRASIL: REFLETINDO SUA HISTÓRIA, Espaço Cultural, dias 3 e 4 de novembro de 1999.

realizados em maio de 2000, maio de 2002, maio de 2004 e, excepcionalmente, setembro de 2006.

Comentários aos textos da Revista Fontes

Arquivologia

Na reflexão sobre Arquivologia, temos um texto de Esther Caldas Bertolleti: “Novas tecnologias facilitam a pesquisa histórica: a experiência do Projeto Resgate ‘Barão do Rio Branco’” (BERTOLLETI, 2002: 9). Este projeto de que trata o artigo de Bertolleti consistiu na

Microfilmagem sistêmica dos documentos relativos ao período colonial brasileiro existentes no exterior, coordenado pelo Ministério da Cultura através de sua Assessoria Internacional, persegue a democratização dos documentos de interesse para a história colonial brasileira.

Bertolleti enfatiza que os arquivos coloniais existentes no Brasil e no exterior pertencem também à sociedade brasileira “cujo povo tem o direito constitucional e inalienável de acesso aos conjuntos documentais produzidos ao longo de sua história”. Sendo assim, “Urge que os Estados brasileiros promovam e incentivem projetos de levantamento, catalogação e microfilmagem para que as fontes históricas e notadamente a memória nacional seja preservada”, afirma a autora (BERTOLLETI, 2002: 9-10).

Paleografia

No aspecto da Paleografia, Antônio César Pinheiro apresenta a transcrição de um manifesto do “presidente do governo provisório da Província de São João das Duas Barras” (antigo Norte de Goiás), desembargador Joaquim Teotônio Segurado. Trata-se de documento datado de 13 de outubro de 1821, sobre a instalação do referido governo, e de uma carta do mesmo desembargador, datada de 25 de setembro de 1821, endereçada a um seu amigo residente em Lisboa.

Para a transcrição, foram utilizados os seguintes critérios, segundo as “Normas Técnicas para Transcrições e Edição de Documentos Manuscritos”: (...). As maiúsculas e minúsculas foram mantidas tal qual no

manuscrito. A ortografia foi mantida na íntegra, não tendo se efetuado nenhuma correção gramatical. As palavras que se apresentaram, parcial ou totalmente, ilegíveis, mas cujo sentido textual permitiram a sua reconstituição, foram impressas entre colchetes. (PINHEIRO, 2002: 19)

Artigos

A seção de artigos é iniciada com “A imprensa negra: aspectos das organizações de negros em São Paulo na primeira metade do século XX”, texto de Antônio Liberac Pires. Segundo o autor, os jornais da imprensa negra surgiram de relações entre diversos grupos sociais, reivindicando melhorias de vida para a população negra. Logo no início, explica que “o termo ‘imprensa negra’ toma como referência cerca de 50 títulos de jornais publicados pelo movimento racial dos negros no Estado de São Paulo” (Pires, 2002: 25).

O artigo descreve todo um processo de resistência da imprensa negra na fase ditatorial de Vargas, para finalizar relacionando alguns jornais surgidos após o Estado Novo. Seguindo afirma: “Em 1946, apareceu o jornal *Senzala*, que possuía representação no Rio de Janeiro”. E mais:

*Surgiram ainda os jornais *O Quilombo*, em 1953 (RJ), *Redenção*, em 1953 (RJ), *A Voz da Negritude*, em 1954 (RJ), *União*, em 1950 (PR), *Mundo Novo*, em 1953 (SP), *Notícias do Ébano*, em 1958 (SP), *O Novo Horizonte*, em 1957 (SP), *O Mutirão*, em 1960 (SP) e o *Negar*, em 1961 (São Paulo). (Cf. Pires, 2002: 33-4).*

E o autor concluiu com a seguinte afirmação:

De forma geral, todos esses periódicos, do pós-45, assumem a tradição culturalista das associações e, infelizmente, quando os dirigentes do Rio de Janeiro resolveram produzir uma imprensa negra, o golpe militar de 1964 chegou para acabar, não somente com ela, mas também para marcar o fim da tradição política das sociedades dos homens de cor. (Cf. Pires, 2002: 33-34).

Em seguida temos o artigo “O jornal – fonte de pesquisa histórica”, de Jocyléia Santana dos Santos. Seu texto aparece subdividido nos seguintes itens: “Primeira folha”; “Um pouco de história”; “O jornal como documento”; “Trabalhando os jornais” e “Última

folha”. Inicialmente a autora expõe sua trajetória, de como o jornal é incorporado na condição de fonte de relevo em suas pesquisas históricas, afirmando:

Desse caminho percorrido foi possível visualizar as possibilidades de trabalhos com os jornais (...). Podemos caracterizar a etapa seguinte como de engajamento no projeto do Centro de Pesquisa Histórico-Cultural do Tocantins quando (...) discutíamos a possibilidade de uma linha de pesquisa na área de História e comunicação. (Santos, 2002:36)

Ao apresentar o jornal como documento histórico, a autora menciona o contexto do século XIX, quando

a história adquiriu o status de ciência com a escola positivista, corrente segundo a qual “o registro característico à profissão do historiador era o documento, sobretudo, escrito e oficial (...). O documento fala por si mesmo’ criam piamente os positivistas”. (Idem: 39).

Contrapondo esta concepção acerca do documento, Santos afirma que: “Ao contrário dos pensadores positivistas, o historiador deve partir do pressuposto que o documento não fala por si mesmo. Nenhum jornal é neutro e as informações são sempre pontuais e ideológicas”. (Idem: 41)

Em “Resignificando as fontes históricas para o estudo da escravidão negra na região do Tocantins dos séculos XVIII e XIX”, Juciene Ricarte Apolinário divide o texto em: “Um olhar sobre a resignificação das fontes históricas para o estudo da escravidão negra”; “Perscrutando documentos cartoriais e eclesiásticos”; “O cotidiano de escravos e escravas negras nos documentos impressos”; e “Documentos oficiais para a história da escravidão”.

Ao estender o olhar acerca da resignificação das fontes históricas, ocorrida no século XX, a professor Juciene vincula o fenômeno à introdução de

Inovadores métodos e abordagens em que os documentos históricos oficiais passaram a ser resignificados (...). Para lidar com as novas abordagens os historiadores recorrem aos mais variados documentos: escritos, impressos, iconográficos, arqueológicos, orais, ente outros. (APOLINÁRIO, 2002: 46)

No texto de Apolinário deve merecer destaque o aspecto da documentação atinente aos estados de Goiás e Tocantins, mencionando os arquivos nos quais se encontra considerável acervo, como: Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa – Portugal; Arquivo

Histórico de Goiás, em Goiânia – Goiás; Museu das Bandeiras – Cidade de Goiás. Afirma ainda que a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, “respeitante a capitania de Goiás com data limite entre 1731 e 1822 foram catalogados, micro filmados (...), possibilitando uma maior democratização dessas fontes históricas (...)”. E que a referida documentação já se encontra disponibilizada nos Estados de Goiás e Tocantins. (APOLINÁRIO, 2002: 52-53).

“Invasão de privacidade: dilemas éticos em história oral”. Marina Ertzogue inicia este artigo apresentando o caráter da prévia negociação entre entrevistador e entrevistado, de modo a explicitar procedimentos a serem adotados, compromissos éticos etc.

Não há como negar que fazer história oral é uma invasão de privacidade na qual se pressupõe a negociação entre entrevistador e entrevistado. Concretamente essa negociação se estabelece a partir de interesse particular do primeiro e pela concessão pessoal do segundo para estabelecimento da relação dialógica. Não existe história oral antes do encontro de duas pessoas diferentes, uma com uma estória para contar e outra com uma história para reconstruir. (ERTZOGUE, 2002: 57, citando PORTELLI, 2001).

A autora entende que um dos grandes dilemas éticos da história oral é a “restituição à comunidade daquilo que o pesquisador subtrai pela imposição da sua presença, o simples fato da sua presença física altera a dinâmica social do grupo”, o que chamou de “invasão de privacidade” (Idem: 64). Continuando o raciocínio, a autora do artigo coloca ainda um questionamento, no tocante ao que deveria ser devolvido à comunidade - isto é, ao meio sócio-histórico e cultural em que se insere o depoente -, a não ser as promessas feitas, “às vezes inadvertidamente, no intento de obter o testemunho desejado...” (Idem: 66).

Importante discussão quanto ao aspecto da identidade tocantinense é apresentado em co-autoria, por Ana Elisete Motter, Mariseti Cristina Soares Lunckes e Jarbas da Silva Mendonça. O artigo traz como título: “A construção da identidade regional tocantinense (1989-2000)” e, segundo os autores,

Objetiva, através da análise do discurso da imprensa escrita, dos pronunciamentos de autoridades políticas e algumas entrevistas orais,

elucidar, em parte, os mecanismos utilizados por esse mesmo discurso para construir a identidade regional tocantinense nas duas últimas décadas (idem; 67).

Ainda em relação ao diálogo com as fontes utilizadas expressam: “Lançamos mão de editoriais e artigos da imprensa escrita tocantinense, produzidos nas últimas décadas e, também, de alguns pronunciamentos de vereadores (...) e de deputados estaduais” (idem: 68).

Conforme afirmam, o marco temporal justifica-se pelo fato de que, naquele período, foi efetivada a autonomia e consolidação do novo estado, havendo, “por parte do discurso referido, uma tentativa de exaltação e aprofundamento dos símbolos diacríticos do antigo norte goiano” (Motter; Luncker & Mendonça, 2002: 68).

O texto seguinte, de minha autoria, trata de aspectos do estudo de cidades, e tem como título: “Cidade, reformas urbanas e patrimônio histórico”, fazendo também alusão ao próprio contexto de instalação, à época, do Centro de Pesquisa Histórico-Cultural do Tocantins, conforme segue: “O presente artigo tem como propósito apresentar subsídios para estudos ligados à temática cidade (...). Estudos esses que devem ser impulsionados no Tocantins, principalmente agora, com a consolidação do Centro de Pesquisa Histórico-Cultural do Tocantins – CPHCT” (Aquino, 2002: 79).

O artigo em foco divide-se em itens, como: “Reformas urbanas”; “Patrimônio e preservação da memória no Brasil”; e “Um pouco sobre patrimônio no Tocantins”.

A inclusão do item sobre reformas urbanas justifica-se em função desses fenômenos constituírem-se em ameaças ao patrimônio e à memória, discutidos nos dois itens subseqüentes, em que são apresentadas basicamente as iniciativas relacionadas à preservação do patrimônio e da memória no Brasil, especialmente o contexto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, que, em décadas posteriores, passou a Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. E, finalmente, apresenta-se uma visão panorâmica do patrimônio no Tocantins, percorrendo, pela historiografia, o conjunto dos núcleos urbanos tocantinenses, especialmente o grupo de cidades históricas surgidas na mineração do século XVIII, como é o caso de Natividade, considerada patrimônio cultural da União desde 1987. Além desta, mencionam-se outros ricos patrimônios, com Porto Nacional, que fora conhecida como “capital cultural” do norte

de Goiás, assim como Arraias, Conceição do Tocantins, Almas, Monte do Carmo Dianópolis e outras, inclusive do século XIX, como Tocantinópolis e Pedro Afonso.

Contemplando agora o debate entre Antropologia e História, temos o texto de Odair Giraldin: “Cliomania e cliofobia: as relações históricas e teóricas entre Antropologia e História”. Neste artigo o autor apresenta algumas considerações sobre a relação entre as disciplinas, e ainda suas alternâncias entre afastamentos e aproximações, conforme as citações a seguir: “Os campos de conhecimento da História e da Antropologia, tal como as conhecemos atualmente, com seus rigores teóricos e metodológicos próprios, tiveram origens comum...”. Mais adiante o autor afirma que:

Na primeira metade do século XX, um movimento intelectual provocaria mudanças metodológicas e enfoques teóricos, na forma como a Antropologia passaria a conceber seus métodos de investigação: o surgimento do Funcionalismo. (...) A aproximação entre História e Antropologia, nas décadas de 1930 e 1940, estendeu-se até os anos 50, contudo, foi mais marcante na relação com a teoria estruturalista, a partir dos anos 1960, no entanto, a História foi “contaminada” pelo simbolismo, contribuindo para a consolidação da Nova História. (GIRALDIN, 2002:93-97).

Em sua conclusão, o autor sintetiza:

Através da guinada cientificista da escola funcionalista, a Antropologia afasta-se da História e procura criar métodos, metodologias e teorias nas quais tornavam prescindível a incorporação da perspectiva histórica (...). Com o estruturalismo, temos dois movimentos diferentes. Por um lado uma reaproximação (...). Por outro lado, há também um movimento de afastamento. (GIRALDIN, 2002:102).

Porém, segundo o autor ainda em sua conclusão:

Estas fronteiras (...) começaram a ser diluídas após os anos 1960 e 1970 quando o conceito de Cultura (...) passou a ser tematizado com a incorporação da diacronia como elemento necessário para sua compreensão. É nesta perspectiva que se constituirá a assertiva de que a Cultura é histórica ao mesmo tempo em que a História é cultural. (GIRALDIN, 2002:103).

“Os Kalunga entre os estados de Goiás e Tocantins”. Texto de Rosy de Oliveira. Segundo escreve a autora,

O presente artigo tem por objetivo desenvolver uma reflexão sobre as formas das representações do território narradas por homens e mulheres das comunidades dos remanescentes do quilombo dos Kalunga do Vão do Moleque na divisa do rio Paranã – região dos municípios de Cavalcante (GO) e comunidade do Mimoso inserida no município de Arraias (TO). (OLIVEIRA, 2002: 106).

Para Oliveira, segundo anota em suas conclusões, as terras conhecidas como “dos Kalunga” teriam sido historicamente identificadas como um determinado local à margem direita do rio Paranã e que, segundo afirma, fazem do lugar “um lugar deles, com um significado próprio, em que se encontram inseridos”.

Entrevistas

Entrevista: nesta seção a Profª Dª Sílvia Hunold Lara responde a três perguntas, dirigidas pela historiadora Juciene Ricarte Apolinário, Coordenadora Editorial da Revista, respostas essas, sintetizadas nos próximos parágrafos.

Ao responder a primeira questão que lhe foi colocada, versando sobre “... a importância das fontes arquivísticas para a prática da história, especialmente no que diz respeito à temática escravidão negra no Brasil”, Sílvia Lara responde (na íntegra):

Creio que historiadores não podem viver sem arquivos. Mesmo quando discutimos questões teóricas, precisamos de fontes e da pesquisa documental. A pesquisa empírica é parte essencial do trabalho do historiador: através dela produzimos conhecimentos novos e discutimos questões conceituais e interpretativas. No caso dos estudos sobre a escravidão negra no Brasil, a renovação historiográfica e a busca de novos documentos caminharam juntas. A crítica a um enfoque estritamente macroeconômico e à teoria da “coisificação” partia da necessidade de incluir a experiência escrava na história da escravidão. As pesquisas que avançaram no sentido de recuperar as práticas cotidianas, costumes, enfrentamentos, resistências, acomodações e solidariedades, modos de ver, viver, pensar e agir dos escravos, trabalharam com documentos que até então haviam sido bem pouco utilizados. Ao mesmo tempo, foram

aparecendo novas maneiras de ler as fontes: os filtros presentes no olhar dos viajantes ou na pena do notário judicial foram sendo incorporados à análise. Novas fontes e novas abordagens foram essenciais neste processo de alargamento das questões históricas dos estudos sobre a escravidão no Brasil. (LARA, 2002: 113-114)

Na segunda questão, Sílvia Lara informa sobre o uso de determinadas fontes, como “processos crimes”, que utilizou, por exemplo, ao escrever seu livro “Campos da violência”. Vejamos, em síntese:

Ainda que os cativos não pudessem ser testemunhas, podemos encontrar muitos depoimentos de escravos registrados neste tipo de fonte, como informantes. Além disso, um processo é uma fonte essencialmente dialógica: ela registra um diálogo entre pessoas em situação de confronto, permite resgatar visões de indivíduos socialmente diversos sobre uma mesma situação, etc. Tais características, para além das dimensões repressivas que lhes deram origem, tornam estas fontes fundamentais para quem quer apreender a dinâmica das relações sociais, verificar como se efetivavam cotidianamente certas relações de dominação e exploração que costumam ser mais estudadas de um ponto de vista estrutural. (LARA, 2002: 114-115)

Quanto à terceira questão, atinente à “... natureza e as características dos processos criminais dos séculos XVIII e XIX”, bem como “as instituições envolvidas nas suas produções”, A historiadora responde [em síntese]:

Do ponto de vista arquivístico, o processo é um conjunto de documentos reunidos no decurso de uma ação jurídica e deve ser tratado como um documento único, não importando a quantidade de páginas ou os tipos documentais (manuscritos, fotos, recortes de jornais, cartas, recibos etc.) que contém. Este conjunto documental deriva de um fato “criminoso”, objeto de uma denúncia ou queixa que gera uma investigação (que reúne depoimento de testemunhas e provas), envolve peças de acusação e defesa, e termina com um julgamento (...). (...) A análise de processos criminais requer um conhecimento detalhado da legislação e da estrutura judicial em cada período histórico, bem como uma atenção especial para os homens

que atuavam nestes espaços: letrados, rábulas e advogados, juizes e magistrados, etc. (Idem, ibidem: 115-116).

Finalizados esses breves comentários dos textos que foram publicados na revista Fontes, serão mencionadas a seguir as novas perspectivas que se coloca, no sentido de certa retomada desta idéia ou, mais que isto, de um novo momento, com vistas à consolidação de um centro de documentação, agora já na estrutura da Universidade Federal do Tocantins, através do Projeto de Implantação do Centro de Documentação do Campus de Porto Nacional (CDOCPN), na categoria Laboratório Centro de Documentação Histórica - LACEDH.

O projeto original de implantação tem no Conselho de Implantação os docentes historiadores: Juciene Ricarte Apolinário (coordenadora), Marcelo Rodrigues, Mirian Tesserolli, Napoleão Araújo de Aquino, Patrícia Sposito Mechi e Odair Giralдин, porém com a participação de todos os docentes do Curso de História do Campus de Porto Nacional, até por se tratar de projeto institucional do Curso e do próprio Campus.

De acordo com o documento, o laboratório é concebido para funcionar como instituição de guarda e socialização de acervos documentais produzidos em diferentes espaços e épocas históricas. Desta maneira, o CDOCPN (agora LACEDH) contribuirá para o desenvolvimento científico, “independentemente das áreas de conhecimento”. Embora seja de interesse direto da História, contempla amplamente “outras subáreas do conhecimento (Geografia, Letras, Biologia e outros cursos da UFT)”, sendo que um de seus objetivos específicos é “Atuar como centro interdisciplinar de investigação científica e cultural”.

Considerações Finais

Ao longo desta busca de recuperação da memória do Centro de Pesquisa Histórico-Cultural do Tocantins - CPHCT e da Revista Fontes, cuja edição encontra-se esgotada, afloraram momentos do processo de construção de uma identidade acadêmica, no campo da pesquisa documental, principalmente, ao percorrer boa parte da produção bibliográfica em instituições públicas, ainda em processo de construção, na mais nova Unidade Federativa do Brasil. Sentia a necessidade de um convite à leitura daquela produção. Isto parece ter ficado transparente, ao comentar a revista, artigo por artigo, apresentando trechos daquelas escritas, textualmente, procurando expressar alguns sentidos, ainda que de modo recortado, do ambiente dos pesquisadores. Veio ainda a idéia de, nas últimas linhas deste trabalho, sugerir ao novo Laboratório Centro de Documentação Histórica – LACEDH: submeter a revista ora em apressado, a processos digitalizados, a fim de que seu bom uso seja disponibilizado a um número maior de pesquisadores.

Referências

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Resignificando as fontes históricas para o estudo da escravidão negra na região do Tocantins dos séculos XVIII e XIX. **Revista Fontes. Ano I, vol. 01, nº 01.** UNITINS/CPHCT, mai. 2002, pp. 45-55.

AQUINO, Napoleão Araújo de. Cidade, reformas urbanas e patrimônio histórico. **Revista Fontes. Ano I, vol. 01, nº 01.** UNITINS/CPHCT, mai. 2002, pp. 79-92.

BELLOTTO Heloísa Liberalli. Patrimônio cultural, arquivo e universidade. In: **BOLETIM DO CENTRO DE MEMÓRIA – UNICAMP.** Campinas, v. 6, nº. 11, jan./jun. 1994, pp. 11-18.

BERTOLETTI, Esther Caldas. Novas tecnologias facilitam a pesquisa histórica: a experiência do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”. **Revista Fontes. Ano I, vol. 01, nº 01.** UNITINS/CPHCT, mai. 2002, pp. 9-18.

CAMARGO, Célia Reis. Os Centros de Documentação das Universidades. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas.** São Paulo: Ed. UNESP/FAPESP, 1999, pp. 49-63.

CONGREGAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA DE PORTO NACIONAL. Projeto de Implantação do Centro de Documentação do Campus de Porto Nacional (CDOCPN). Palmas, 2003.

ERTZOGUE, Marina Haizender. Invasão de privacidade: dilemas éticos em história oral. **Revista Fontes. Ano I, vol. 01, nº 01.** UNITINS/CPHCT, mai. 2002, pp. 57-66.

GIRALDIN, Odair. Cliomania e cliofobia: as relações históricas e teóricas entre Antropologia e História. **Revista Fontes. Ano I, vol. 01, nº 01.** UNITINS/CPHCT, mai. 2002, pp. 93-104.

LARA, Sílvia Hunold. Entrevista. **Revista Fontes. Ano I, vol. 01, nº 01.** UNITINS/CPHCT, mai. 2002, pp. 113-116.

LUNCKES, Mariseti Soares; MENDONÇA, Jonas da Silva; MOTTER, Ana Elisete. A construção da identidade regional tocantinense (1989-2000). **Revista Fontes. Ano I, vol. 01, nº 01.** UNITINS/CPHCT, mai. 2002, pp. 67-78.

OLIVEIRA, Rosy de. Os Kalunga entre os estados de Goiás e Tocantins. **Revista Fontes. Ano I, vol. 01, nº 01.** UNITINS/CPHCT, mai. 2002, pp. 105-112.

PINHEIRO, Antônio César Caldas. Manifesto e carta ao amigo. **Revista Fontes. Ano I, vol. 01, nº 01.** UNITINS/CPHCT, mai. 2002, pp. 19-24.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. A imprensa negra: aspectos das organizações de negros em São Paulo na primeira metade do século XX. **Revista Fontes. Ano I, vol. 01, nº 01.** UNITINS/CPHCT, mai. 2002, pp. 25-34.

REVISTA FONTES. **Ano I, vol. 01, nº. 01.** UNITINS/CPHCT, mai. 2002.

SANTOS, Jocyléia Santana dos. Jornal – fontes de pesquisa histórica. **Revista Fontes. Ano I, vol. 01, nº 01.** UNITINS/CPHCT, mai. 2002, pp. 35-43.